

Marcuse e a tecnologia

Ivonaldo Leite

Storm. Portugal, 12 de janeiro.

Há no seio da ciência social um denso debate sobre o que representam as tecnologias. De forma pioneira e clássica, deve-se reconhecer a Max Weber a abordagem do assunto, pois foi ele quem introduziu o conceito de racionalidade para definir a maneira da actividade económica capitalista, o tráfico social regido pelo direito burguês e a dominação burocrática.

Quer dizer, a racionalização significa a ampliação das esferas sociais, sendo estas submetidas aos critérios de decisão racional, ao que corresponde a industrialização do trabalho social, tendo como consequência a penetração dos critérios de acção instrumental noutras esferas da vida, a exemplo da urbanização das formas de existência, da tecnização do tráfico e da comunicação. Contudo, isto não se atinge sem a institucionalização do progresso científico e técnico, o que leva estes a invadirem as esferas institucionais da sociedade, transformando instituições e fazendo desmoronar antigas legitimações. A secularização e o desencantamento das cosmovisões orientadoras da acção, da tradição cultural em sua totalidade, é o reverso de uma racionalidade ascendente da acção social. A discussão sobre tecnologia foi intensificada no âmbito da Escola de Frankfurt: A crítica daquela é uma característica dos escritos dos teóricos desta, sendo o seu alvo a dimensão instrumental. Adorno e Horkheimer afirmam que a instrumentalização da tecnologia é, ela própria, uma forma de dominação, que controlando objectos, viola a sua integridade, suprimindo-os, destruindo-os. Herbert Marcuse, no entanto, foi mais longe.

Ele tomou como ponto de partida as análises weberianas para demonstrar que o conceito formal de racionalidade que Weber extraiu da acção racional do empresário capitalista e do trabalhador industrial, da pessoa jurídica abstracta e do funcionário moderno, e que relacionou a critérios da ciência e da técnica, tem implicações determinadas com conteúdo próprio. A tese marcuseana é que, naquilo que Weber chamou de racionalização, não se implanta a racionalidade como tal, mas, em nome da racionalidade, uma forma determinada de dominação política oculta. Donde formula a sua crítica a Weber, frisando que o conceito de razão técnica é talvez também em si mesmo ideologia, na medida em que não só a sua aplicação, mas já a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante sobre a natureza e sobre o ser humano. Isto é, determinados fins e interesses da dominação não são outorgados à técnica apenas posteriormente e a partir de fora: eles estão já inseridos na própria construção do aparelho técnico, sendo a técnica, em cada caso, um projecto histórico-social, nele se projectando o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens, as mulheres e as coisas.

A tecnologia, conforme as anotações marcuseanas, desempenha um papel central naquilo que foi chamado de sociedades capitalistas avançadas. Ela contribui para que a dominação tenda a perder o seu carácter explorador e opressor, tornando-se "racional", sem que por isso se desvaneca a dominação política. Ou seja, a racionalidade da dominação mede-se pela manutenção de um sistema que pode permitir-se converter em fundamento da sua legitimação o incremento das forças produtivas associado ao progresso técnico-científico, embora, por outro lado, o estado das forças produtivas represente precisamente também o potencial pelo qual, medidas as renúncias e as incomodidades impostas aos indivíduos, estas surgem cada vez mais como desnecessárias e irracionais. Paradoxalmente, porém, esta repressão desvanece-se na consciência da população, pois a legitimação da dominação assume um novo carácter.

É neste quadro que se produz um ser humano unidimensional, e que actualmente, com o fetiche em torno das novas tecnologias - e não só -, é uma hipótese a merecer uma consideração acrescida. Como também uma consideração acrescida parecem merecer as indicações fornecidas por Marcuse para a superação do aludido quadro. Elas advogam uma mudança nas bases da ciência e da técnica. Para tanto, preliminarmente, destaca-se que a ciência e a técnica, em virtude do seu próprio método e conceitos, projectou e fomentou um universo no qual a dominação da natureza se vinculou a dominação dos seres humanos: a natureza, compreendida e dominada pela ciência, surge de novo no parêntese de produção e de destruição, que mantém e melhora a vida dos indivíduos e, ao mesmo tempo, os submete aos senhores do aparelho, com a hierarquia racional fundido-se com a social. Daí tem-se a necessidade de uma reconceptualização da ideia de progresso, pondo-se ênfase na mudança de sua direcção, como uma condição que, rompendo com a instrumentalização, influencie também a própria estrutura da ciência. Disto decorre que as suas hipóteses desenvolver-se-iam num contexto experimental essencialmente diverso - de um mundo libertado -, com a ciência chegando a conceitos sobre a natureza profundamente distintos e estabelecendo juízos também profundamente diferentes.

Nos dias presentes, ao que Marcuse formulou - bem como outros frankfurtianos -, tem sido acrescentado outras elaborações semelhantes. O que só vem evidenciar que hoje, talvez mais do que em seu tempo, faz-se necessário conceber as tecnologias numa perspectiva que se situe para além da unidimensionalidade.

(*) Licenciado em História/Brasil. Mestrado com Tese nos domínios da Sociologia da Educação/Brasil. Doutoramento em Ciências da Educação - Universidade do Porto/Portugal. Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)/Brasil. Interesses de Investigação: Epistemologia da Educação, História/Sociologia do Trabalho, História/Sociologia da Cultura, História da Ciência.

